



EDUCAÇÃO JÁ!

Programa de Fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral

Em parceria com:



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO



Sonho Grande
INSTITUTO



instituto
natura

AGENDA

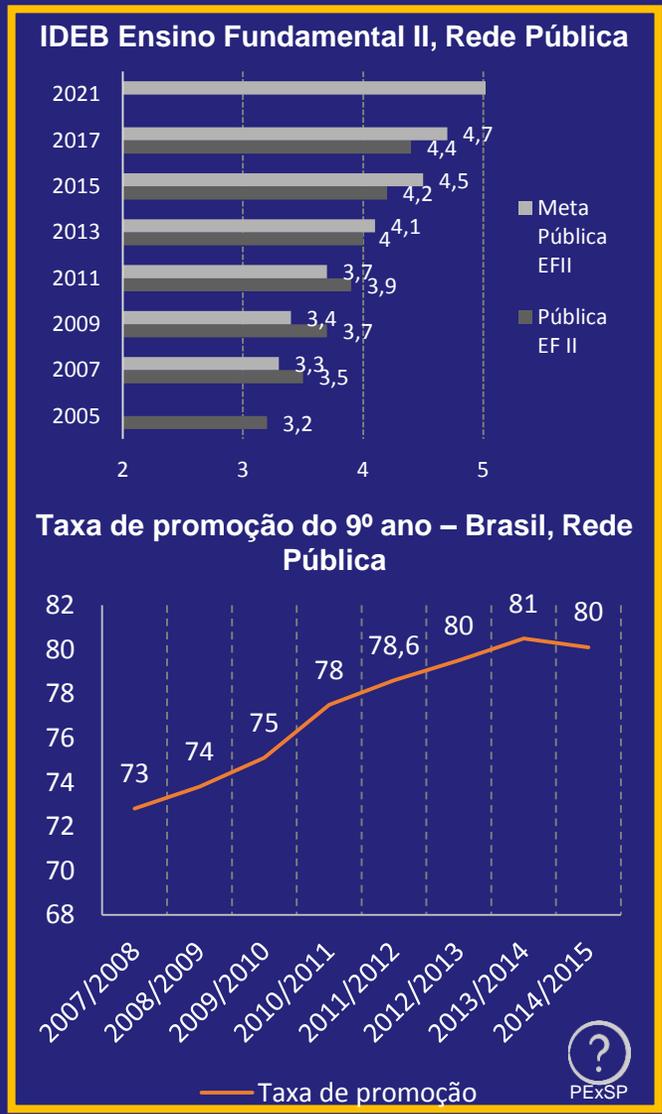
- 1 Contexto / Diagnóstico**
- 2 Sugestões para a continuidade da Política**
- 3 Mudanças normativas recomendadas/possíveis**
- 4 Estimativa orçamentária**
- 5 Os primeiros passos**

1

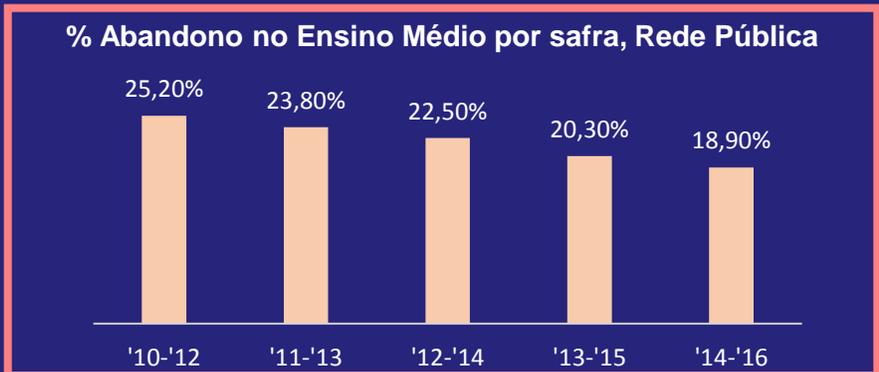
CONTEXTO / DIAGNÓSTICO

Ensino Médio no Brasil

Baixo desempenho, alta evasão na transição



Alto abandono escolar

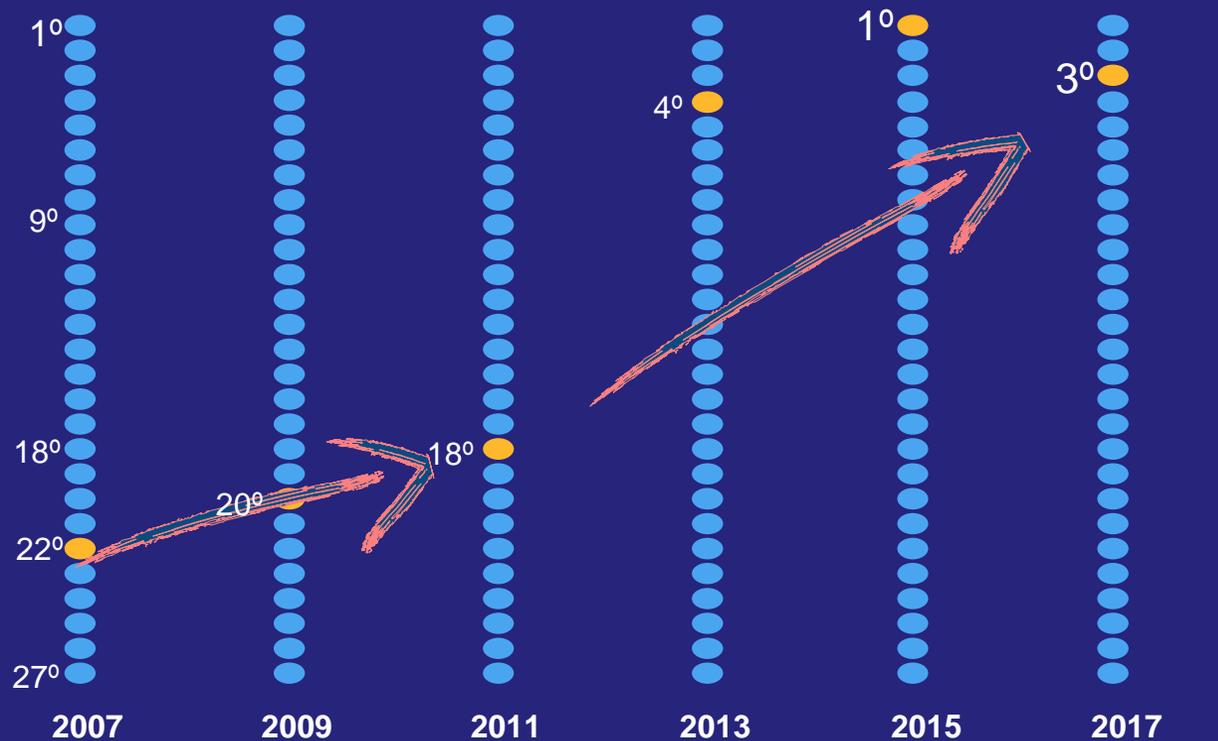


Baixo desempenho, sem evolução



Apesar dos baixos resultados do Ensino Médio como um todo, alguns Estados se destacam por suas escolas em tempo integral, como Pernambuco

Posições dos Estados brasileiros segundo Ideb do Ensino Médio
2007 a 2017 - Destaque Pernambuco



Em 2004, PE implantou a sua primeira escola em tempo integral. Em 2005, o IDEB do EM de PE era 2,7. Desde então, o Estado investiu na política de Ensino Médio em Tempo Integral e implantou 389 escolas na rede, atingindo 49% das escolas de Ensino Médio, buscando reduzir a dispersão de proficiência entre os diferentes níveis socioeconômicos.

● Outros Estados
● Pernambuco

1% integrais
99% parciais

12% integrais
2% semi
86% parciais

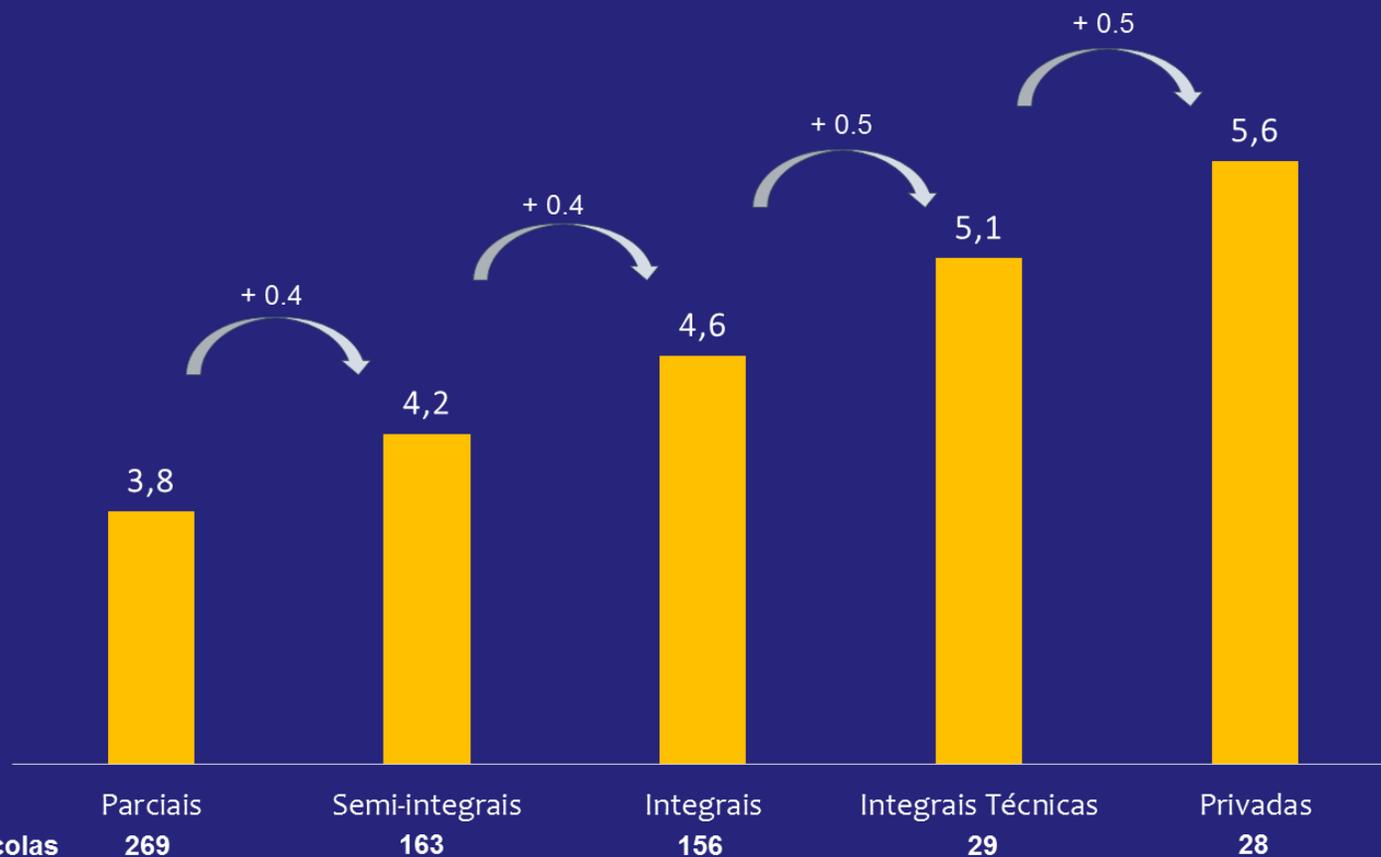
14% integrais
10% semi
76% parciais

17% integrais
19% semi
64% parciais

17% integrais
22% semi
61% parciais

27% integrais
22% semi
51% parciais

O IDEB 2017 em Pernambuco, dividido por grupo de escolas, mostra os bons resultados das escolas de tempo integral

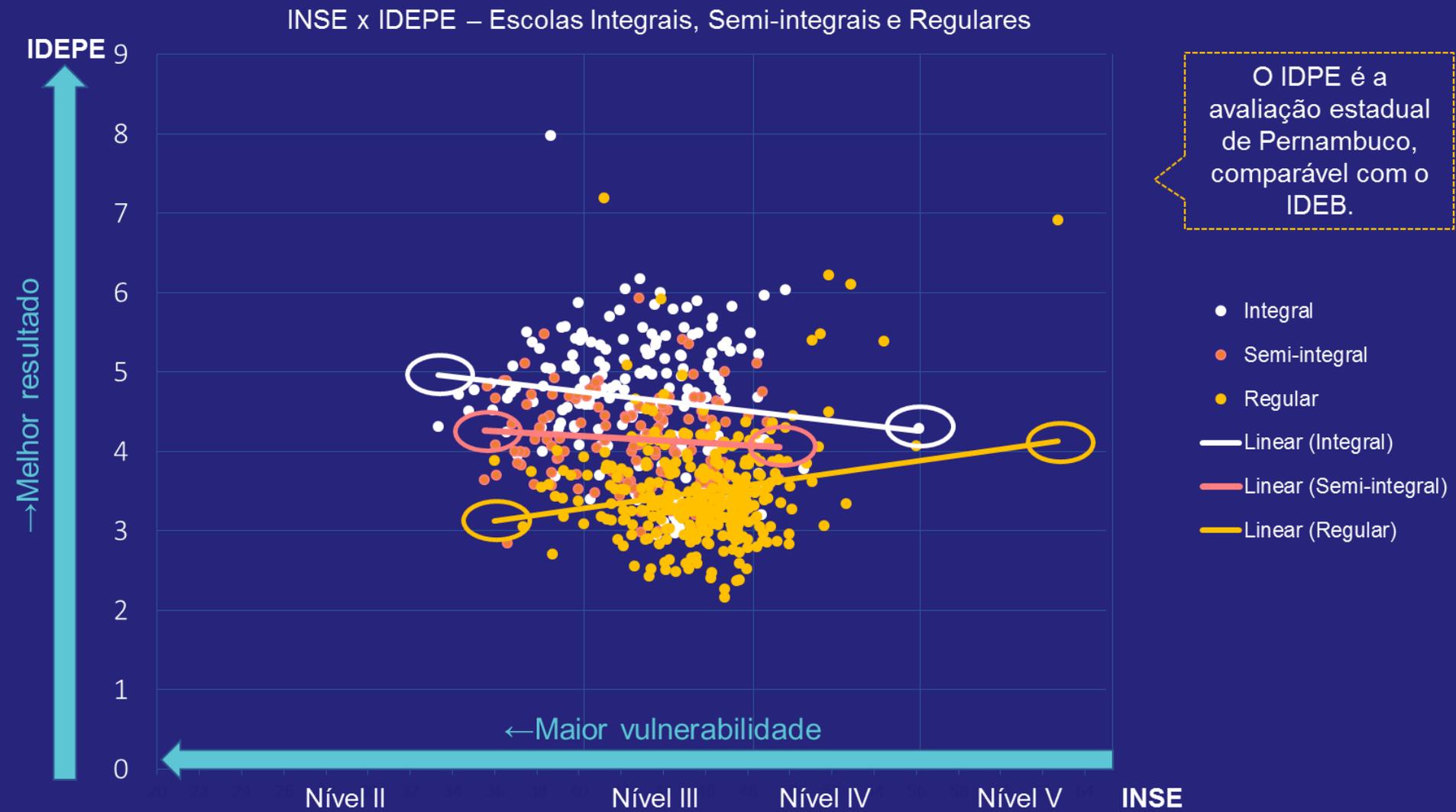


Em PE 2018, há 4 modelos de escolas integrais de Ensino Médio na rede estadual:

Tipo de escola	Modelo	%
Integrais	9h/dia	22%
Semi-integrais	7h/dia	21%
Integrais 2 turnos	2 turnos de 7h/dia	1%
Técnicas integradas	técnica	5%

Obs: 78% das escolas de PE tiveram IDEB calculado

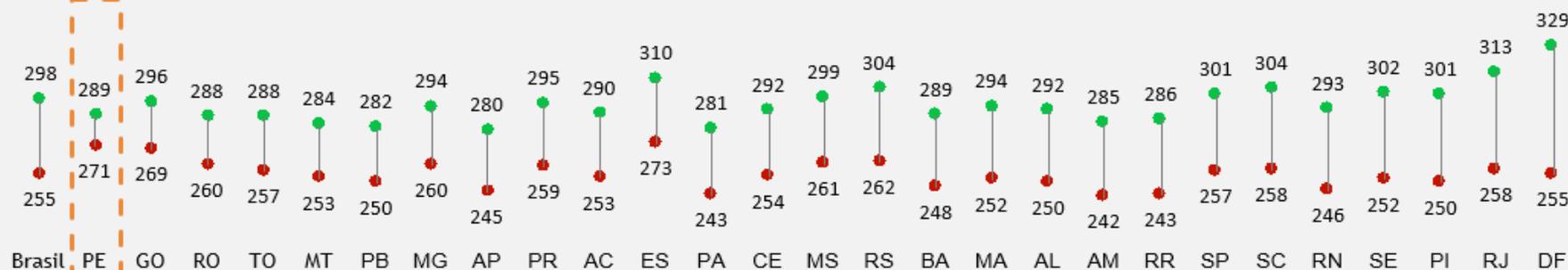
O modelo mostra ainda mais resultados nas escolas integrais mais vulneráveis, que tiveram melhor desempenho no IDEPE



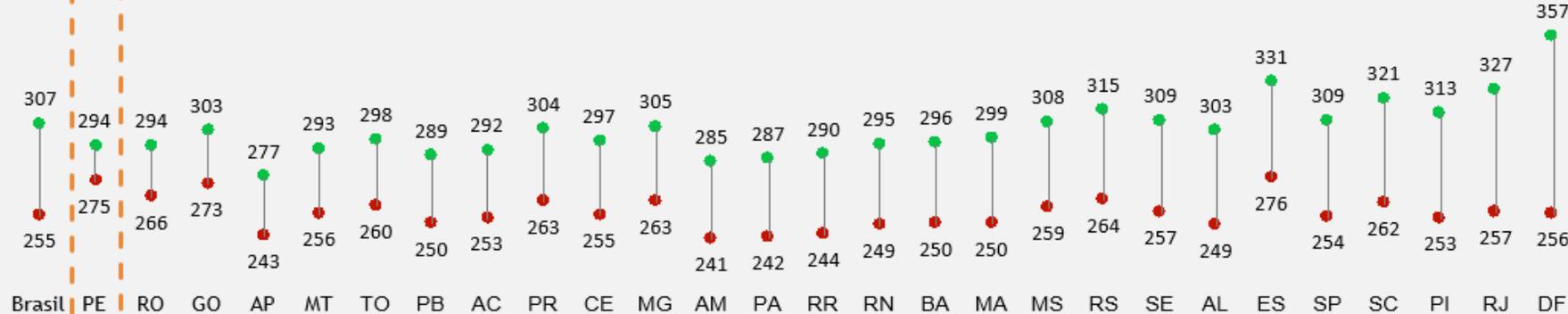
No SAEB 2017, PE apresentou as menores diferenças em proficiência, considerando o nível socioeconômico das escolas

Diferença entre Nota Média total SAEB 2017 considerando o Nível Socioeconômico das escolas EM

Língua Portuguesa



Matemática



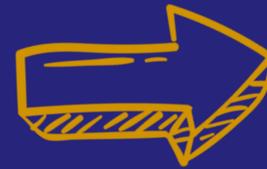
Nota: Nota Média SAEB desse slide considera tanto a Rede Pública quanto a Rede Privada
 Fonte: INEP, Resultados SAEB 2017

- Média dos alunos das escolas alocadas no quintil mais baixo de INSE
- Média dos alunos das escolas alocadas no quintil mais alto de INSE

Casos como Pernambuco demonstram o sucesso da educação em tempo integral, que é muito mais do que apenas a ampliação da jornada escolar...

O foco é na formação integral do jovem

Proposta pedagógica baseada na ampliação da jornada escolar e na **formação integral e integrada do estudante**, tendo como pilar o currículo e abrangendo as **dimensões emocional e cognitiva** dos estudantes, bem como a **cidadania**.



Principais elementos que contribuem para o sucesso das escolas integrais

Elementos pedagógicos focados na formação integral

- **Uso de avaliações diagnósticas para o nivelamento escolar**
- **Estudo orientado com acompanhamento de um professor**
- **Orientação para construção do Projeto de Vida dos estudantes**
- **Atividades que incentivam o Protagonismo Juvenil**
- **Formação para a equipe escolar sobre conceitos da escola integral**
- **Disciplinas eletivas que conversam com as necessidades dos jovens e do contexto local.**



Uso mais eficiente do tempo na escola

- **Utilizar muito tempo em sala de aula para:**
 - Tirar dúvidas;
 - Explicar assuntos novos; e
 - Acompanhar tarefas
- **Utilizar pouco tempo em sala de aula para:**
 - Organizar a turma; e
 - Organizar materiais de aula
- **Baixo índice de substituição de professores**
- **Contratação de professores com dedicação exclusiva (40hs)**
- **Profissionais alocados em tarefas específicas: coordenador administrativo, secretariado, diretor e coordenador pedagógico.**

Além dos elementos de sucesso, o custo da escola integral é compensatório tendo em vista o resultado

O custo adicional de uma escola integral se deve, principalmente, a dois pontos: **merenda e remuneração de professores**. Por outro lado, devido à menor evasão e repetência, o **custo por aluno formado das escolas integrais é apenas 33% maior do que as de tempo parcial**.

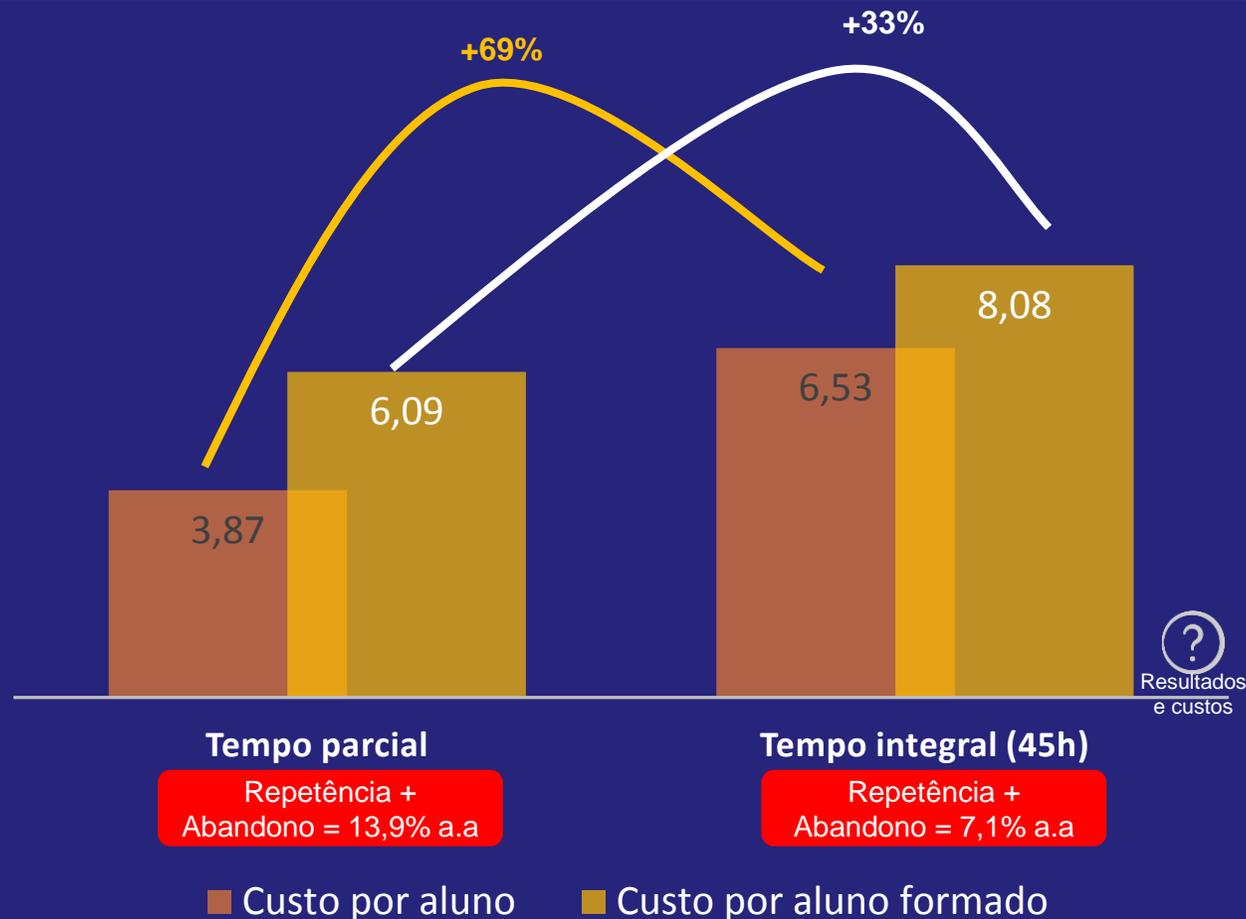
Apesar do maior custo unitário do modelo integral, **é possível operar com custos mais favoráveis:**

- Implantando em escolas maiores
- Otimizando a enturmação
- Eliminando ineficiências (desvio de função e absentismo)



Alavancas

Dados de PE – 2016 – R\$/ano (2012-2014)



Resultados e custos

No entanto, no cenário brasileiro, apesar de termos experiências exitosas como a de Pernambuco, ainda estamos distantes da meta do PNE



Meta 6 do PNE

Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica até 2024.



Em 2017, o percentual de escolas públicas em tempo integral era de **40,4%**, enquanto o percentual de matrículas em tempo integral era **15,3%**.



No Ensino Médio em 2017, o percentual de escolas públicas integrais era de apenas **17,4%**, enquanto as matrículas em tempo integral representam **8,4%** do total de matriculados na rede pública.

Considerando experiências de sucesso e visando o atingimento da meta do PNE, o Governo Federal lançou em 2016 a política do EMTI

No âmbito da política de fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral, as primeiras escolas nessa modalidade foram implementadas no início de 2017.



Configuração

10 anos de repasses da União para os Estados que **decidirem aderir** no valor de 2.000 reais por aluno por ano



Base Pedagógica

Baseada na ampliação da jornada escolar e na **formação integral e integrada** do estudante, tendo como pilar o **currículo** e abrangendo as dimensões **emocional e cognitiva** dos estudantes



Adesão

A adesão dos Estados é **voluntária** e o Estado pode **escolher entre migração gradual ou simultânea**.
Indução para que as escolas sejam priorizadas de acordo com infraestrutura mínima e maior vulnerabilidade socioeconômica



Permanência

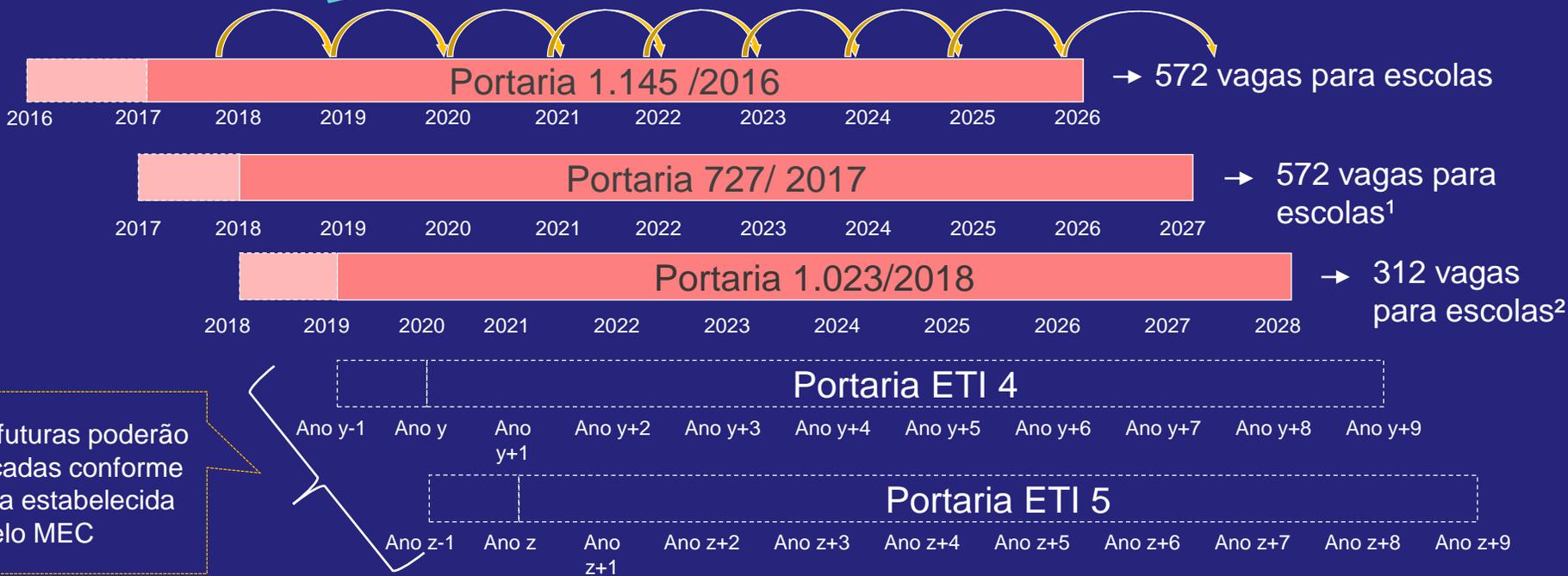
Para aqueles que aderirem, a permanência na política está sujeita ao **cumprimento de critérios** como: mínimo de matrículas, adequação da infra, marcos legais, prestação de contas e melhoria no ENEM e taxas de abandono e reprovação

Diretrizes gerais com **base em evidências** de sucesso, preservando a **liberdade e autonomia dos Estados** inclusive na **escolha de aderir ou não a política**, com repasses **condicionados a resultados**

A política do EMTI

A Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral faz parte da Lei da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415, de 16.02.2017). As vagas para adesão à política foram lançadas por meio de portarias. As portarias 1.145/2016, 727/2017 e 1.023/2018 foram as três primeiras a serem publicadas - atingirão até 1.456 escolas.

Critérios de permanência – Avaliações de processo e de resultado anuais

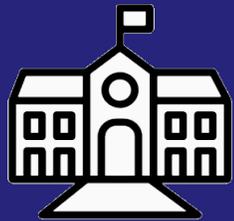


Há dois tipos de avaliação (processo e resultado) das escolas e dos Estados que aderiram ao programa, que podem gerar **desligamento da portaria**. Estas avaliações seguem os critérios de permanência detalhados na portaria.

desenvolvimento validade da portaria

¹ mínimo de 367 vagas na portaria e máximo teórico de 572; ²mínimo de 152 vagas e máximo de 312. A terceira portaria também estabeleceu diretrizes, parâmetros e critérios para a realização de avaliação de impacto do EMTI.

Alcance das três primeiras portarias



Escolas



Matrículas⁴



UFs



Recursos

2017
Portaria 1

2018
Portarias 1 e 2

509
3% da rede estadual

+ 391 novas escolas

900¹
5% da rede estadual

89 mil
1,3% da rede estadual

+ 108 mil novas matrículas

197 mil
3,0% da rede estadual

26 + DF

24 (P2)²

R\$ 299 MM
57% custeio
43% capital

R\$ 406 MM³
57% custeio
43% capital

Em 2018, o MEC publicou a P3 com 312 escolas, sendo 156 garantidas (início de implantação em 2019)

Projeção 2020 (P1+P2+P3): 426 mil (6% da rede estadual)

Avaliar com sonho grande – são 3 ou 2?
E a projeção das matrículas

1-Nº de escolas sujeito a alterações ao longo do ano; 2-Não aderiram à Portaria 2: AP, PR (desejam estabelecer o modelo antes de expandir) e DF; 3-Repasse realizado/empenhado até o momento. Estima-se que deverão ser empenhados até o final de 2018 R\$ 101 MM, referente ao número de matrículas inscrito no SIMEC; 4-Matrículas incluem escolas com implantação gradual. Maturidade atingida em 2019 ou 2020 para P1 e P2

Pontos positivos da Política e oportunidades de melhoria



Adesão de todas UF's: os 26 Estados + DF aderiram à primeira portaria, demonstrando que a portaria atende às suas expectativas.



Resultados positivos: tanto o IDEB de 2017 como a medição feita por avaliador externo em 5 Estados no final de 2017 demonstram que as escolas integrais tiveram resultados melhores.



Avaliação e IDEB



Promoção de equidade: o mix de escolas que aderiram a portaria são mais vulneráveis do que o mix Brasil, mas ainda há espaço para melhoria.



Mix INSE



Satisfação do estudante: de acordo com pesquisa de campo realizada por avaliador externo, os estudantes das escolas integrais demonstram maior satisfação do que seus pares em escolas parciais.



Pesq. satisfação



Avaliação de resultados: a avaliação de resultados proposta da primeira portaria foi por meio do ENEM, após 3 anos. Na segunda portaria, a avaliação de resultados ficou indefinida. Recomenda-se ajustar.



Matrículas: as escolas que aderiram à política tiveram ocupação de apenas 60% (P1) e 96% (P2)* das vagas inscritas no SIMEC. A aceitação da comunidade escolar é muito importante para o sucesso da política.



Matrículas

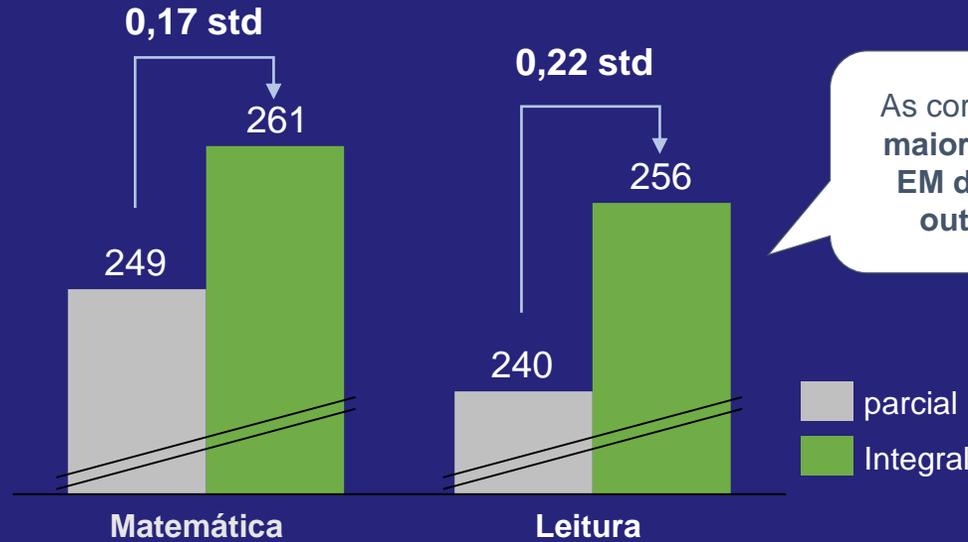


Utilização do recurso: o recurso do fomento transferido para as secretarias está 41% liquidado ou empenhado (medição de julho '18), o que demonstra que está sendo difícil empregar o recurso repassado.

A ETI tem impacto equivalente a aumentar três anos letivos para as escolas parciais

Avaliação feita em outubro de 2017

A diferença entre as escolas particulares e públicas no Brasil é de cerca de 56 pontos. A ETI conseguiu fechar cerca de 25% deste gap em 1 ano



As correlações são maiores para o 3º EM do que para outros anos.

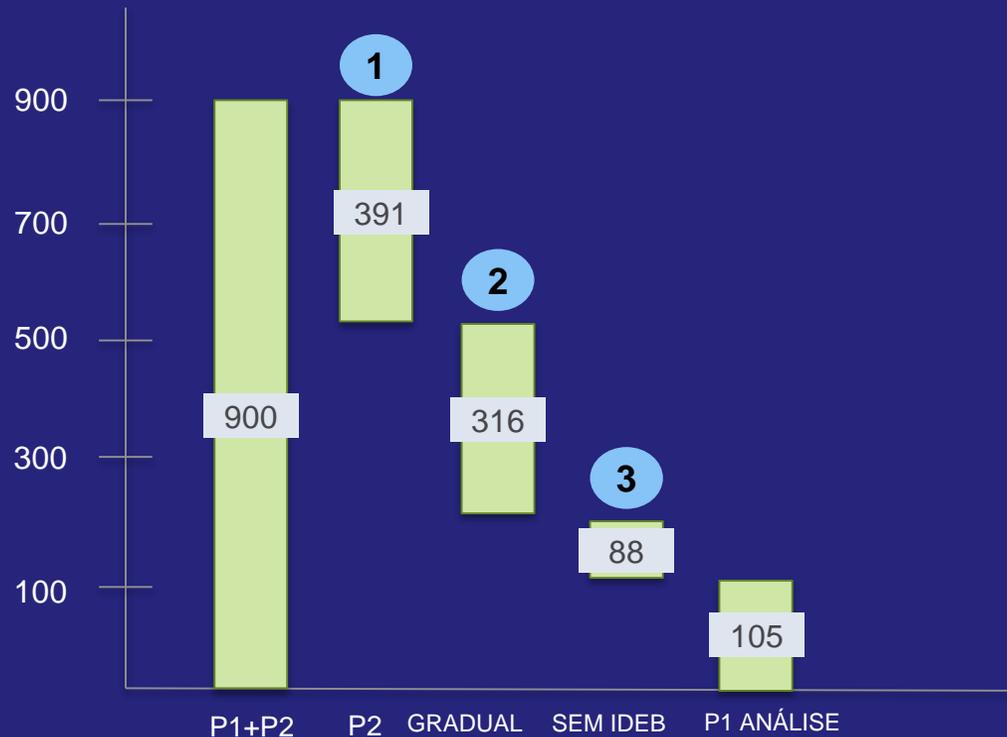
Amostra
3.062 estudantes do EM em 5 Estados

Metodologia
Prova de **matemática** e português calibrada com escala SAEB

Impacto do programa equivale a **0,7 ano letivo a mais de aula em uma escola parcial teórica** (é esperado que o aprendizado em um ano letivo seja de 20 pontos) ou **~3 anos a mais de aula em uma escola parcial estadual média brasileira** (evolução tem sido 14 pontos em 3 anos)

Em 2018, nova avaliação está sendo realizada. O **baseline foi feito no início do ano letivo** e encontrou apenas **2 pts de diferença** entre escolas integrais e parciais

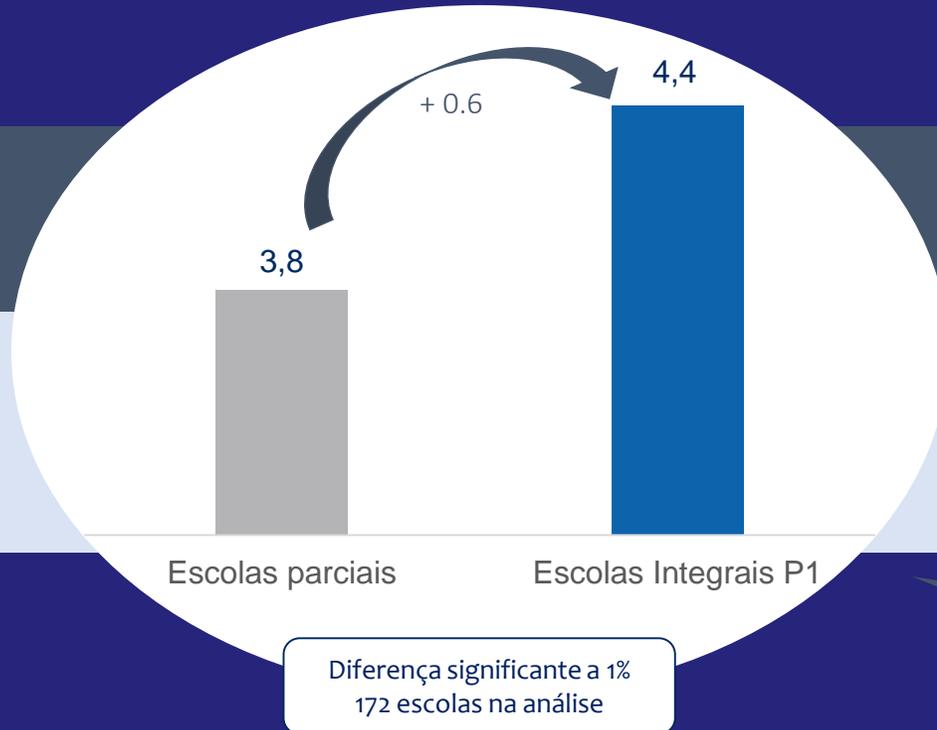
A amostra para análise econométrica é restrita a 105 escolas



- 1** P2: Escolas que aderiram à política na Portaria 2 do MEC
- 2** GRADUAL: Escolas da Portaria 1 com implementação gradual da política
- 3** SEM IDEB: Escolas da Portaria 1, com implementação simultânea da política, mas que não tiveram IDEB divulgado

Para ser incluída na análise, a escola considerada deve fazer parte da Portaria 1, apresentar informações completas do Ideb 2017 e ter tido migração do tipo 'simultânea'

Resultados da primeira portaria, com base nos dados do IDEB 2017



Escolas integrais

% mães com Ensino Médio completo: 48%
% famílias com renda maior que 2 salários: 16%

Escolas parciais

% mães com Ensino Médio completo: 47%
% famílias com renda maior que 2 salários: 16%

1 ponto no IDEB corresponde a mais ou menos 1 desvio-padrão nessa distribuição

Obs:

Efeito na nota SAEB padronizada: 0.47 (0.6 desvio-padrão)
Efeito na taxa de rendimento: 0.05 (0.4 desvio-padrão)

Exemplo qualitativo de resultados

Análise IDEB 2017 – Escolas da Portaria 1						
Estados	Top 5	Top 10	Top 15	Top 20	Total escolas P1	Total estaduais Estado
MS	2	5	7	7	7	70
PB	2	3	6	6	12	179
RN	1	2	3	3	4	42
RO	4	5	5	6	7	84

Panorama do nível socioeconômico

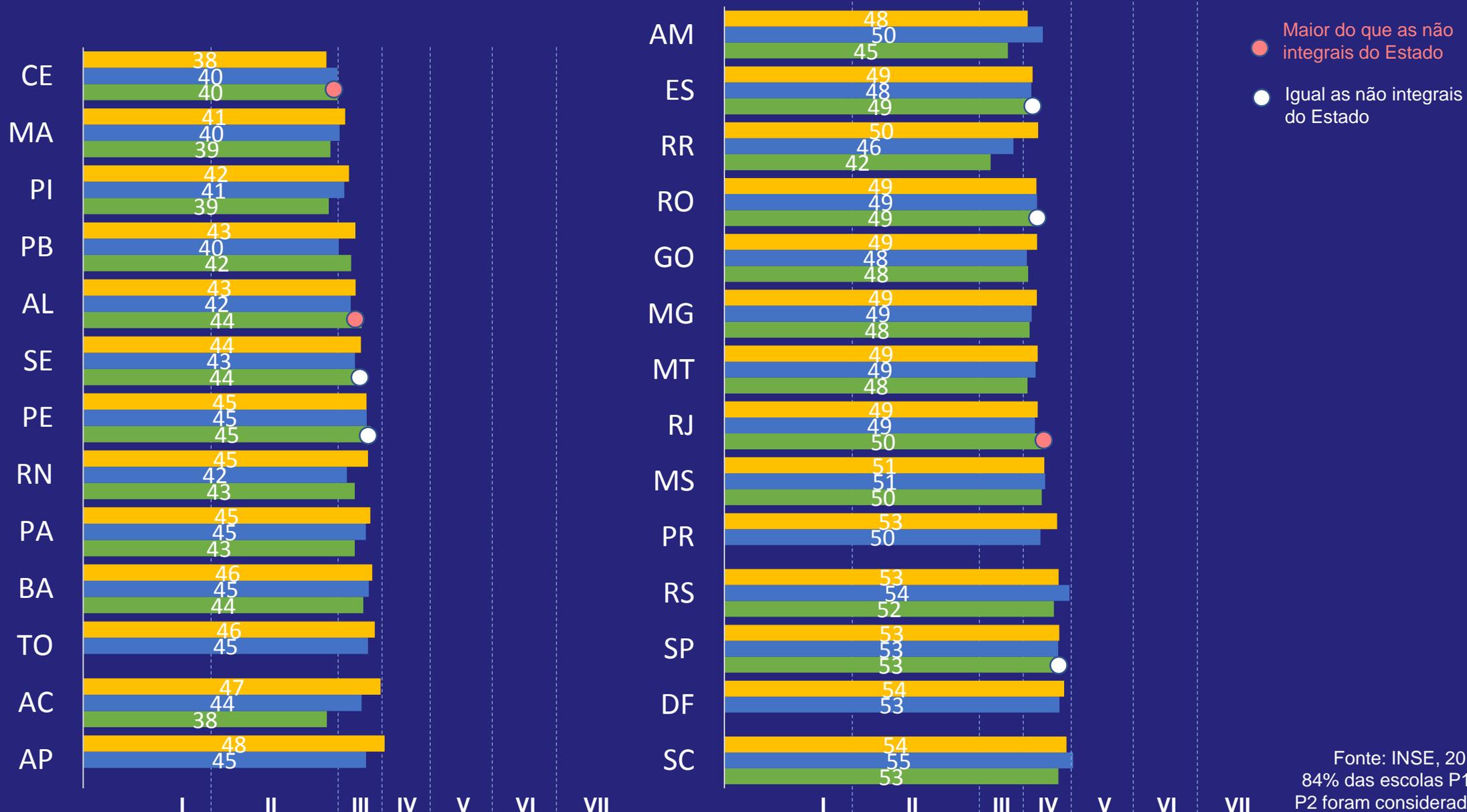


Nas duas primeiras portarias, observa-se que **o mix escolas vulneráveis é maior do que o do todo das escolas brasileiras**. Por outro lado, ainda é possível melhorar esse mix, priorizando escolas com INSE nível III, II ou I, **promovendo ainda mais a equidade na rede**.

85% das escolas de Nível II são integrais. Isso evidencia a priorização de escolas vulneráveis no Estado

1- escolas estaduais com INSE disponível (INEP, 2015) | 2 – escolas estaduais com INSE disponível (83%) | 3 – escolas integrais com INSE disponível (86%)

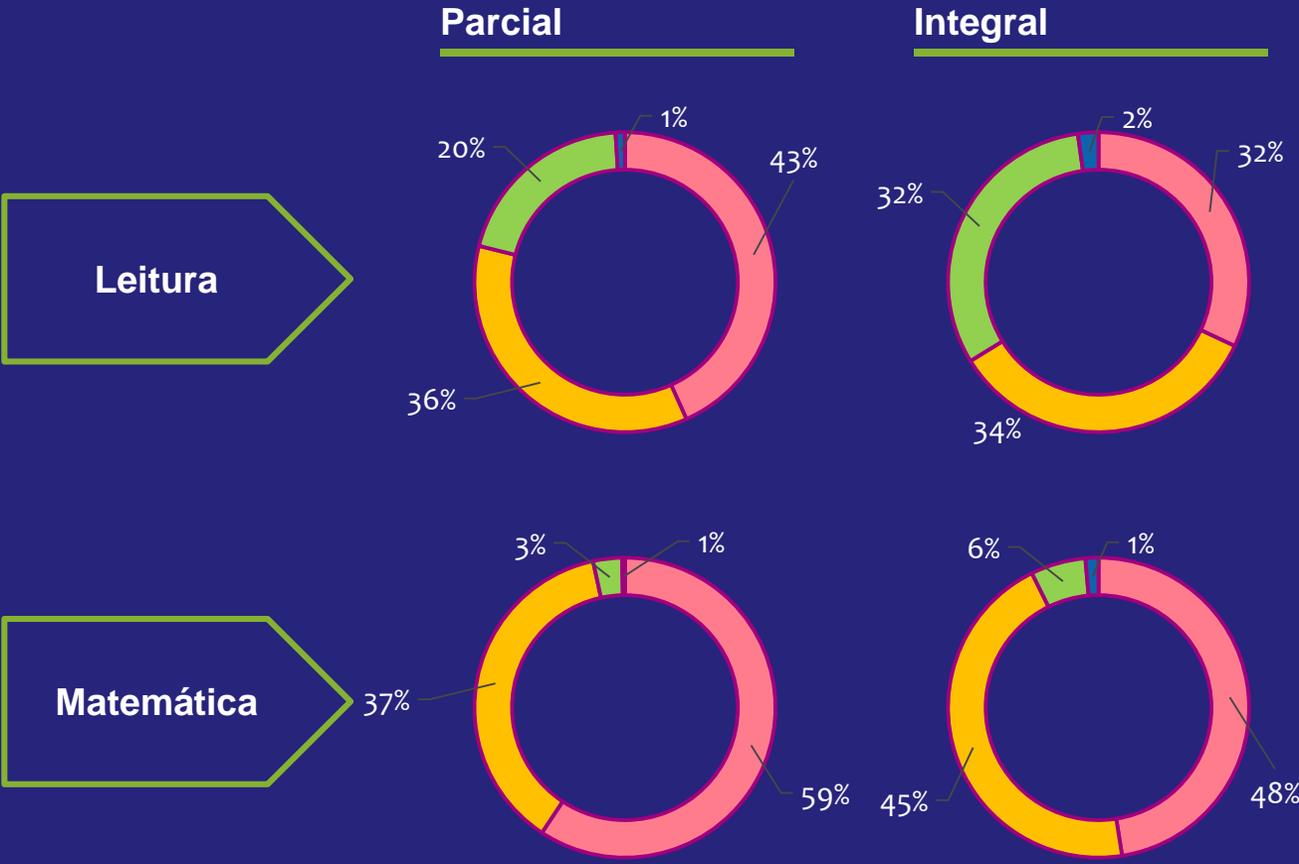
Panorama do nível socioeconômico atual



Fonte: INSE, 2015
84% das escolas P1 e P2 foram consideradas

■ Outras ■ P1 ■ P2

Os estudantes da ETI têm menor probabilidade de permanecer no nível "abaixo do básico", ajudando na redução de desigualdade



Probabilidade de estar em cada categoria

Abaixo do Básico	- 11 p.p.
Básico	1 p.p.
Proficiente	8 p.p.
Avançado	1,1 p.p.
Abaixo do Básico	- 11 p.p.
Básico	8 p.p.
Proficiente	2 p.p.
Avançado	0,7 p.p.

A percepção dos estudantes do EMTI é mais positiva em comparação com seus pares das escolas parciais

Opiniões sobre a sua escola

Estudantes das integrais



59%

Se dizem satisfeitos com sua escola



68%

Sentem que fazem parte das decisões da sua escola



59%

Dizem que professores demonstram confiança na sua capacidade

79%
recomendaria a escola para seus amigos

62%
consideram a qualidade dos professores melhor do que esperava

Estudantes das parciais



40%

Se dizem satisfeitos com sua escola



47%

Sentem que fazem parte das decisões da sua escola



44%

Dizem que professores demonstram confiança na sua capacidade

47%
dos alunos do 9º EF que conhecem o integral consideraria se matricular

54%
dos alunos do 2º EM que conhecem alguém do integral tem impressões positivas

Tendo em vista o sucesso de escolas de Ensino Médio em tempo integral e o programa já existente do governo federal, quais seriam os próximos passos para expansão dessa política?

2

SUGESTÕES PARA A CONTINUIDADE DA POLÍTICA

Ensino Médio: Reestruturação da Proposta de Escola

PILARES DA PROPOSTA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

Apoio à implementação do
Novo Ensino Médio

Expansão do Ensino Médio
em Tempo Integral

Comunicação sobre as mudanças no Ensino Médio

Ensino Médio: Reestruturação da Proposta de Escola

PILARES DA PROPOSTA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

Apoio à implementação do
Novo Ensino Médio

Comunicação sobre as mudanças no Ensino Médio

As propostas de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio e Comunicação sobre as mudanças estão detalhadas em outro documento intitulado “Educação Já Ensino Médio”.

Ensino Médio: Reestruturação da Proposta de Escola

PILARES DA PROPOSTA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

Apoio à implementação do
Novo Ensino Médio

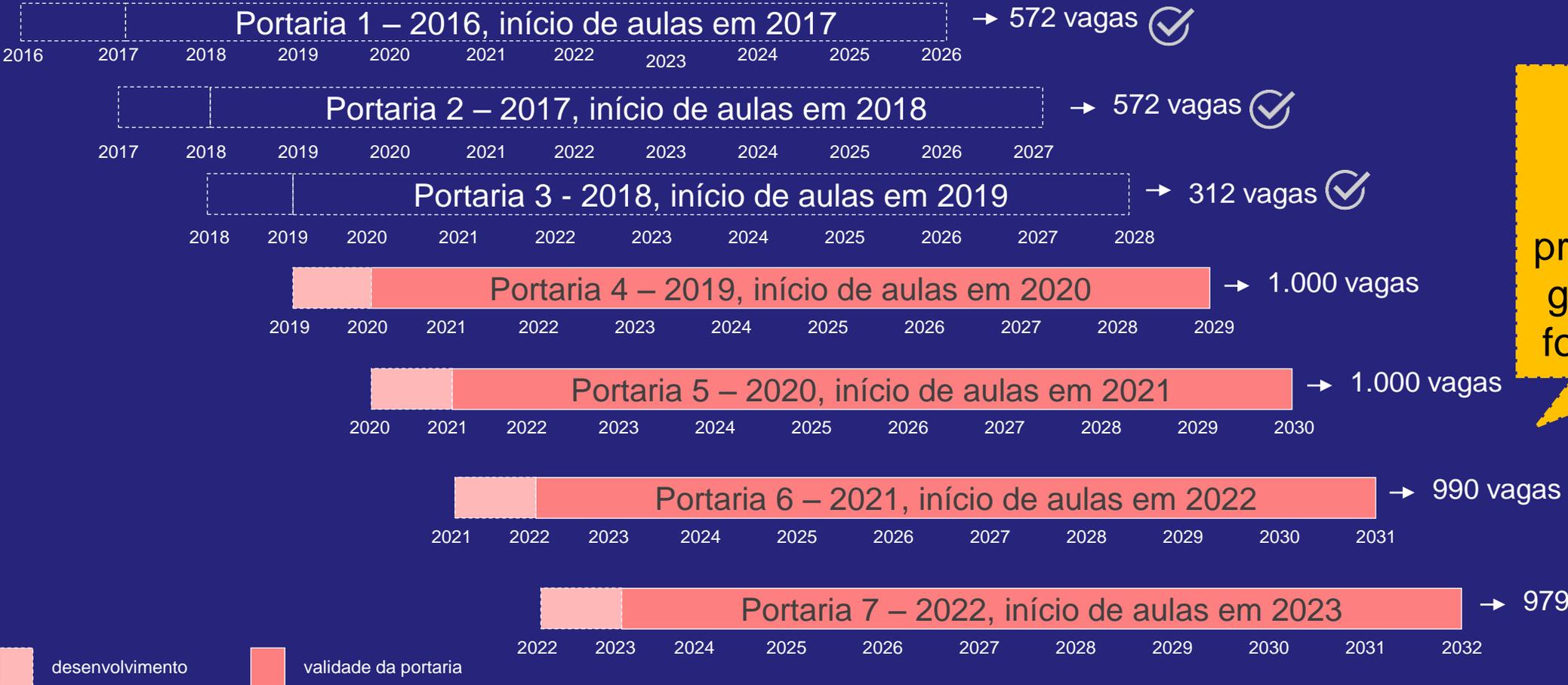
Expansão do Ensino Médio
em Tempo Integral

Comunicação sobre as mudanças no Ensino Médio

Proposta: continuidade da política de EMTI

Proposta:

Expandir o programa já existente de fomento às escolas de Ensino Médio em tempo integral, com ajustes pontuais na legislação e nos mecanismos de operação e priorizando as escolas de maior vulnerabilidade socioeconômica.



Sugere-se a publicação de portarias nos próximos anos de governo, em um formato ajustado

Elementos essenciais para o processo de expansão



Recursos

Sugere-se que a situação fiscal do Estado seja analisada com cuidado antes da expansão do nº de escolas integrais.

Possível mitigante: implementar projeto de redução de custo na Secretaria de Educação gerando *economias* para o programa.



Matrículas

O não preenchimento de todas as vagas nas escolas integrais é algo enfrentado por muitas escolas do programa.

Possíveis mitigantes: maior divulgação das escolas e do que o modelo tem a oferecer; constante diálogo com a comunidade local; priorizar municípios com mais de uma escola de EM.



Exposição

Um maior nº de escolas integrais gera um aumento da exposição do programa no Estado, o que pode criar pressões de grupos específicos.

Possível mitigante: Elaborar um plano de comunicação sobre o programa e apresentá-lo e discutí-lo com esses grupos.



Professores

As escolas integrais pedem professores com carga horária maior, com preferencialmente, de dedicação exclusiva e preparados para as atividades e projetos diversificados, como os projetos de vida.

Possíveis mitigantes: planejar e estimar a quantidade de professores necessários e o remanejamento entre as regionais do Estado. Analisar o custo de gratificações e mudanças no plano de carreira. Formação continuada adequada para as necessidades da escola em tempo integral.



Organização da Rede

A expansão de escolas integrais pode implicar uma série de remanejamentos complexos de alunos envolvendo a rede estadual e municipal.

Possível mitigante: Plano de expansão desenhado bem estruturado e, preferencialmente, que envolva a comunidade escolar.



Infraestrutura

Muitas escolas não atenderão a todos os elementos infraestrutura necessários para o seu bom andamento.

Possível mitigante: mapear processos (ex: licitações) para tentar dar celeridade às obras e reparos de manutenção.



Estimativa de volume por portaria

Públicas												
Estado	# Escolas	# Matrículas	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Acre	204	38.567	7	4	2	15	15	9	4	0	0	0
Alagoas	238	101.664	19	10	2	12	15	12	12	12	12	11
Amapá	119	34.518	8	0	4	6	6	7	7	7	6	6
Amazonas	406	192.112	17	6	3	25	25	25	25	25	25	25
Bahia	1.140	519.106	21	5	24	60	60	80	80	80	80	80
Ceará	669	333.813	45	44	16	50	50	35	35	35	0	0
Distrito Federal	102	81.807	13	0	2	0	0	0	0	0	0	0
Espírito Santo	308	108.834	15	11	4	30	30	30	30	9	0	0
Goiás	671	191.425	27	35	14	34	40	40	40	33	31	31
Maranhão	867	300.233	11	25	4	44	50	50	50	50	50	50
Mato Grosso	509	131.273	11	8	6	26	30	30	24	24	24	24
Mato Grosso do Sul	323	87.360	12	5	7	17	21	21	17	17	17	16
Minas Gerais	2.420	765.168	44	35	25	121	121	121	121	121	121	121
Pará	609	326.068	15	7	8	31	31	31	31	31	31	31
Paraíba	420	122.368	22	19	6	21	21	21	21	8	0	0
Paraná	1.560	381.760	13	0	23	78	78	78	78	78	78	60
Pernambuco	811	314.697	36	24	14	22	0	0	0	0	0	0
Piauí	515	125.992	30	10	4	30	30	24	0	0	0	0
Rio de Janeiro	1.191	448.751	36	38	14	60	60	60	60	60	60	60
Rio Grande do Norte	311	110.052	18	10	8	16	17	20	17	17	17	5
Rio Grande do Sul	1.176	313.870	6	6	11	59	59	59	59	59	59	30
Rondônia	197	56.513	10	1	2	10	10	19	19	4	0	0
Roraima	148	21.432	7	4	5	8	6	3	0	0	0	0
Santa Catarina	765	191.566	13	8	4	39	39	39	39	39	39	12
São Paulo	4.134	1.535.090	16	56	35	150	150	150	200	200	200	200
Sergipe	177	64.998	26	18	4	20	20	10	0	0	0	0
Tocantins	297	61.035	11	2	7	16	16	16	10	0	0	0
Total	20.287	6.960.072	509	391	258	1.000	1.000	990	979	909	850	762

Premissas

- Uma portaria por ano a partir de 2020 até 2026.
- Número de alunos por escola (implantação completa):
 - Até ano 6: **350**
 - Após ano 6: **400**
- Média estimada P1 e P2 para 2020 (implantação completa)
 - 362 alunos por escola. Após o ano 6, em PE, verifica-se aumento de alunos
- Percentual por tipo de implantação:
 - Gradual: **72%**
 - Simultânea: **28%**
 - Média com base na P1 e P2. Na P1, foram 61% e P2 85% graduais
- Repasse proposto: **R\$ 2.000/aluno ano flat**
- Nenhum Estado passa de 70% de matrículas integrais na maturidade das escolas

Estimativa de matrículas na política anual acumulado por Estado

Estado	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Acre	6.187	9.090	13.254	17.410	20.150	21.108	21.543	22.293	23.043	23.493	23.693	23.693
Alagoas	12.835	16.767	20.678	25.131	29.582	33.455	37.755	42.373	45.052	46.571	47.171	47.771
Amapá	4.189	5.619	7.552	9.835	12.201	14.651	17.119	19.602	20.909	21.760	22.110	22.460
Amazonas	21.140	26.731	33.644	42.394	51.144	59.698	68.598	78.598	84.042	87.380	88.630	89.880
Bahia	30.723	44.465	62.458	87.103	113.433	141.270	170.470	201.470	217.890	228.572	232.572	236.572
Ceará	90.461	107.352	122.012	136.778	150.281	161.096	167.768	173.191	175.691	177.441	179.191	180.941
Distrito Federal	3.482	3.651	3.818	3.818	3.818	3.818	3.918	3.918	3.918	3.918	3.918	3.918
Espírito Santo	16.106	21.910	30.239	40.739	51.239	57.553	61.017	63.268	64.768	66.268	67.768	68.218
Goias	26.354	37.764	49.087	62.586	76.586	88.169	100.639	113.356	120.556	125.145	127.145	128.795
Maranhão	17.080	29.470	42.623	59.622	77.122	93.807	111.507	131.207	142.095	148.771	151.271	153.771
Mato Grosso	13.524	18.768	26.927	37.093	46.499	55.139	63.839	73.539	79.066	82.570	83.770	84.970
Mato Grosso do Sul	7.843	11.607	17.451	24.467	31.088	37.209	43.509	50.127	53.945	56.331	57.181	58.031
Minas Gerais	46.935	76.164	110.496	152.846	195.196	236.405	280.005	328.405	354.754	370.909	376.959	383.009
Pará	11.383	18.724	27.653	38.503	49.353	59.975	71.225	83.625	90.376	94.515	96.065	97.615
Paraíba	27.873	32.360	38.457	45.807	53.157	57.518	60.246	61.964	63.014	64.064	65.114	65.514
Paraná	13.870	30.022	52.728	80.028	107.328	134.628	163.078	190.998	206.467	215.378	219.278	223.178
Pernambuco	164.760	173.381	176.404	178.241	178.241	177.458	178.158	179.258	179.258	179.258	179.258	179.258
Piauí	27.073	34.251	42.580	51.986	56.514	58.192	58.392	59.892	61.392	62.592	62.592	62.592
Rio de Janeiro	64.162	80.657	97.815	118.815	139.815	159.576	181.276	205.276	218.341	226.353	229.353	232.353
Rio Grande do Norte	12.777	16.367	21.481	27.894	34.097	39.971	46.321	50.884	53.575	54.993	55.843	56.693
Rio Grande do Sul	16.144	29.066	45.707	66.357	87.007	107.462	128.662	146.977	157.382	162.837	165.787	168.737
Rondônia	7.200	9.335	12.167	17.307	23.206	27.089	29.113	29.947	30.447	31.397	32.347	32.547
Roraima	6.618	9.218	11.403	13.124	13.877	13.998	14.248	14.648	14.948	15.098	15.098	15.098
Santa Catarina	22.810	31.280	42.007	55.657	69.307	82.696	96.546	107.226	113.444	116.396	118.346	120.296
São Paulo	128.707	165.563	208.458	260.958	322.570	386.567	458.317	535.817	576.869	601.073	611.073	621.073
Sergipe	13.686	20.079	25.742	30.920	33.433	33.681	33.881	34.881	35.881	36.381	36.381	36.381
Tocantins	10.457	14.269	19.118	24.718	29.224	31.338	32.523	33.323	34.123	34.923	35.423	35.423
Total	824.381	1.073.932	1.361.960	1.710.138	2.055.468	2.373.527	2.699.671	3.036.062	3.221.245	3.334.387	3.383.337	3.428.787

Detalhamento da Política

Horizonte de 7 portarias, de 2020 a 2026, para chegar em 3 MM de alunos até 2026 (52% dos estudantes de EM)*

Volume por portaria

- 1.000 escolas em 2020 e 2021 decrescendo até 762 escolas em 2026
- 350 estudantes por escola até o ano 6 e 400 estudantes por escola dali para frente
- Migração gradual ou simultânea (premissa: 72% gradual)

Recomendação para apoio MEC aos Estados

- Apoio institucional + apoio sob demanda
- Estruturação dos sistemas SIMEC e SIGPC
- Compartilhamento de melhores práticas e capacitação dos Estados sob demanda



Detalhamento
SIMEC e
SIGPC

Sistemas do Programa EMTI – SIMEC e SIGPC

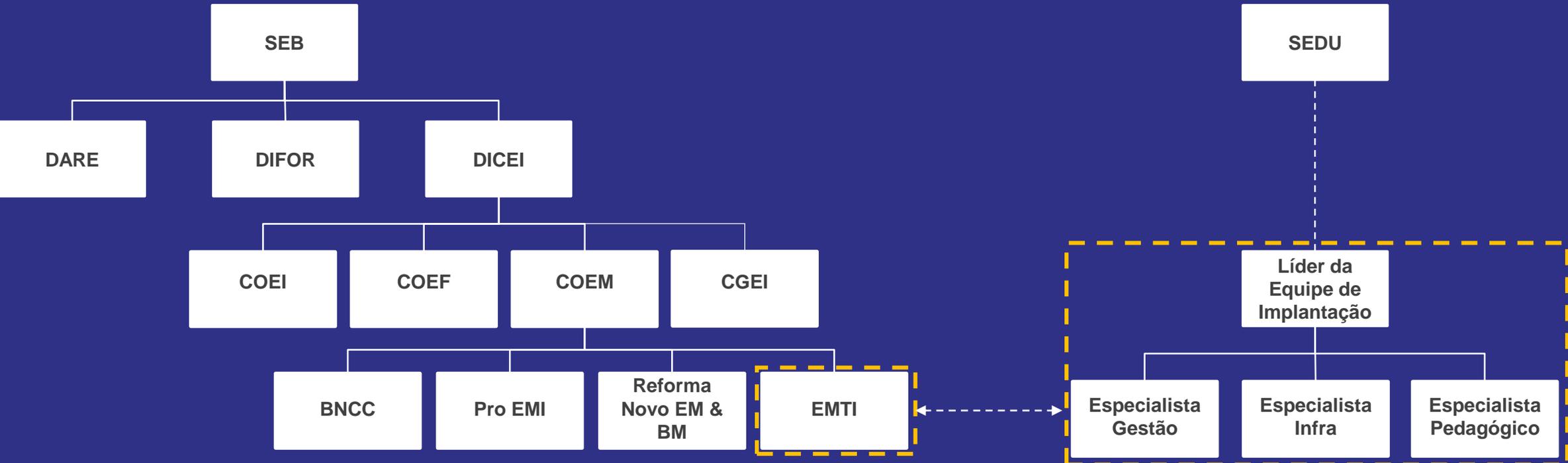


Atores envolvidos no EMTI até 2018

MEC

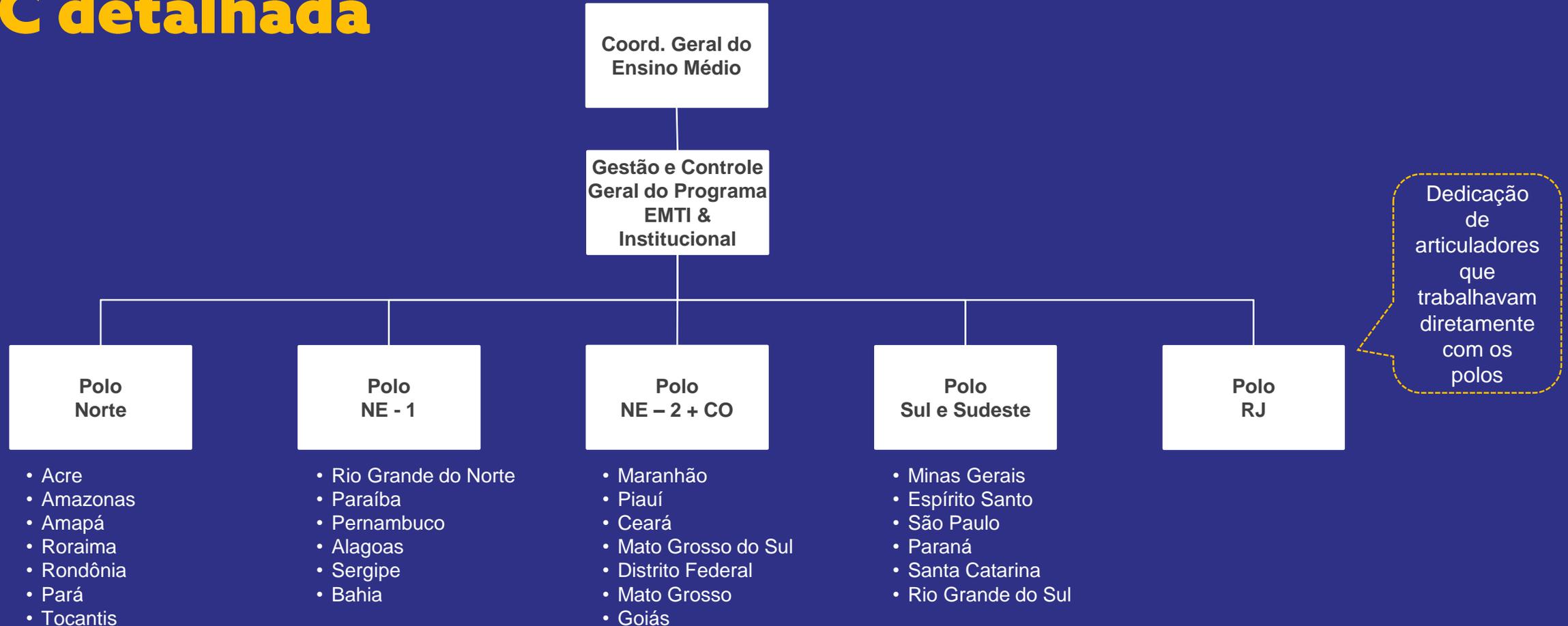
SECRETARIAS

Proposta P1 e P2



Recomendação que o programa seja mantido na coordenação de Ensino Médio, com uma estrutura próxima e atuante junto às Secretarias Estaduais de Educação.

Atores envolvidos no EMTI até 2018 - Estrutura do MEC detalhada



Recomenda-se que a estrutura com articuladores seja mantida, reavaliando a necessidade de redistribuição dos Estados nos polos, principalmente RJ.



Recomendação de suporte do MEC garantindo a autonomia dos Estados

Apoio Institucional MEC

Apoio Operacional Sob Demanda

Dedicação de pessoas MEC

- Equipe MEC

- Equipe MEC e Secretarias

Acompanhamento da adesão

- Envio de lista para os Estados com escolas sugeridas
- Suporte técnico aos Estados sobre regras das portarias
- Gestão da qualidade da implementação

- Esclarecimentos e visitas pontuais
- Visitas a uma amostra de escolas para auxílio técnico
- Formação de Equipes de Implantação dos Estados

Gestão do programa com secretarias e escolas

- Acompanhamento de indicadores à distância
- Estado decide e implementa com autonomia

- Estado decide e implementa com autonomia
- Canal de comunicação entre secretarias e MEC
- Compartilhamento de melhores práticas

Pedagógico / Formações

- Sugestão de formações remotas
- Sugestão de material para formações via EAD + ENAP ou envio de material digital

- Compartilhamento de melhores práticas
- Suporte técnico aos Estados sobre as diretrizes pedagógicas instituídas em Portaria
- Diretrizes para seleção e formação de gestores

Custo / recursos

- Exemplos de atas
- Diretrizes para uso de recursos
- Parceria com FNDE

- Capacitação em Planejamento e Execução Orçamentária das equipes
- Capacitação em Boas práticas de licitação e especificação técnica para as equipes

Sistemas

- Estruturação SIMEC
- Estruturação SIGPC
- Criação de módulo para relatórios

- Capacitação para uso de sistemas



Detalhamento
SIMEC e SIGPC



Siglas

3

**MUDANÇAS NORMATIVAS
RECOMENDADAS/POSSÍVEIS**

Para expansão do EMTI, o MEC poderá publicar novas portarias com ajustes nas temáticas, para que os Estados possam aderir ao programa



Priorização das escolas e Vulnerabilidade Socioeconômica

- Sugerimos que escolas Níveis INSE 1 e 2 passem a receber um apoio financeiro adicional ao repasse da União por 2 anos, com base no valor aluno/ano, para que possam aderir ao programa



Infraestrutura

- Sugerimos rediscutir a questão da infraestrutura mínima para que as escolas possam participar do programa, de modo que haja flexibilidade para escolas INSE 1 e 2, e que haja aumento do prazo para adequação da mesma, dando mais liberdade aos Estados



Equipe de Implementação

- Sugerimos que a equipe de implementação tenha características semelhantes à detalhada no backup para que os Estados tenham autonomia para conduzir o programa de forma robusta
- Baseado nas dificuldades dos anos de 2017 e 2018, seria interessante se o especialista em infraestrutura tivesse experiência prévia comprovada em compras públicas e uso de recursos da União

Para expansão do EMTI, o MEC poderá publicar novas portarias com ajustes nas temáticas, para que os Estados possam aderir ao programa



Monitoramento e Avaliação

- Sugerimos que cada escola passe por pelo menos dois ciclos de avaliação da política, em que sejam avaliados critérios como:
 - Se não **aumentar em 15 pontos** a nota média de Matemática e Língua Portuguesa no SAEB, ou não tiver 80% de participação deve ser desligada, podendo ser reinserida se atingir a meta no futuro
 - Se não **reduzir em 5 p.p. a soma das taxas de abandono e reprovação ou alcançar o patamar de 7%**, deve ser desligada, podendo ser reinserida se atingir a meta no futuro.
- Escolas com INSE 1 e 2 que não alcançarem os critérios definidos poderão ter nova oportunidade na avaliação seguinte.



Avaliação



Instrumento de colaboração entre Escolas

- Colaboração entre as escolas pode reforçar protagonismo dos Estados com trocas de melhores práticas dentro da própria rede, de acordo com a realidade local
- Sugerimos orientar os Estados para a Inclusão de sistemas de cooperação semelhantes ao Escola Nota Dez (PAIC/CE): 10 melhores escolas integrais do Estado serão premiadas e apoiarão as 10 piores (com base no IDEB).

Com o objetivo de aprimorar a política, sugere-se também uma alteração nas Resoluções do FNDE



Uso do Recurso

- Discutir como solucionar os entraves existentes nas Secretarias que precisam repassar o recurso para que outra Secretaria possa executar as obras do programa (ex.: repasse para Secretaria de Infraestrutura)
- Incluir o regime de cooperação entre FNDE e da SEB no apoio aos Estados no uso de recursos.

4

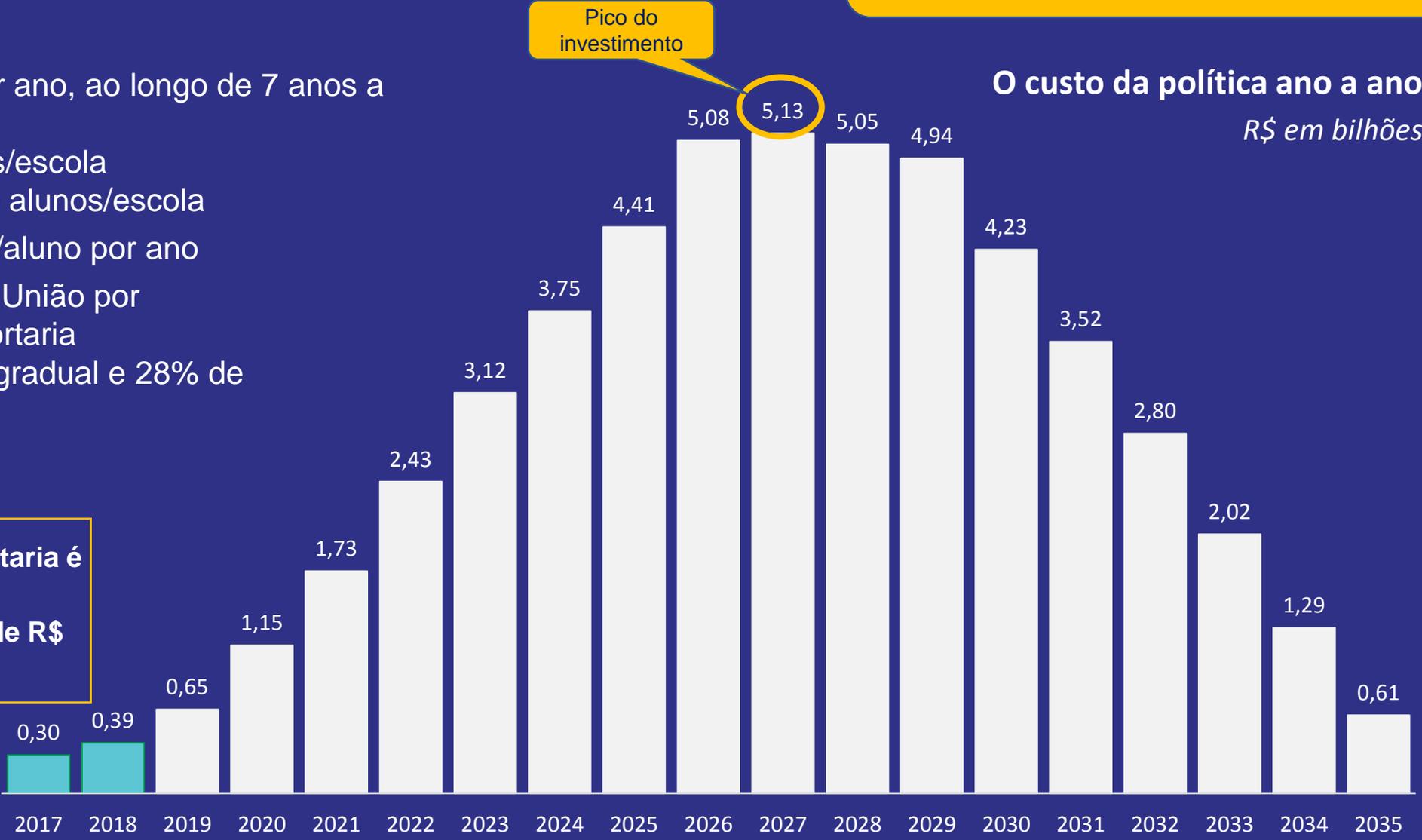
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

Custo estimado da política

Neste cenário, o ensino integral atingirá 52% dos alunos de EM público em 2026, ultrapassando a meta do PNE em 2022.

- Um edital lançado por ano, ao longo de 7 anos a partir de 2020
- Até ano 6: 350 alunos/escola
- A partir do ano 6: 400 alunos/escola
- Repasse de R\$2.000/aluno por ano
- Apoio financeiro pela União por 10 anos para cada portaria
- 72% de implantação gradual e 28% de simultânea

- O custo adicional por portaria é de ~R\$0,28 a 0,8 Bi/ano
- O acumulado até 2035 é de R\$ 52,6 Bi.



Fonte: Projeções IBGE. Nota: o cálculo não considera o repasse de recursos do PNAE.

A continuidade da política de ensino integral atingiria percentual expressivo dos jovens

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Novos jovens na política (k)	130,5	249,5	288,0	348,2	345,3	318,1	326,1	336,4	185,2	113,1	49,0	45,5
# jovens na política acumulado (k)	327,4	577,0	865,0	1.213,2	1.558,5	1.876,6	2.202,7	2.539,1	2.724,3	2.837,4	2.886,4	2.931,8
# jovens em integral EM (k) - estadual	744,0	993,6	1.281,6	1.629,8	1.975,1	2.293,2	2.619,3	2.955,7	3.140,9	3.254,0	3.303,0	3.348,4
# jovens em integral EM (k) - público	824,4	1.073,9	1.362,0	1.710,1	2.055,5	2.373,5	2.699,7	3.036,1	3.221,2	3.334,4	3.383,3	3.428,8
População 15-17 anos (k)	10.116,3	9.985,3	9.851,0	9.714,0	9.575,8	9.437,7	9.301,4	9.168,5	9.039,8	8.916,2	8.797,5	8.683,9
Alunos EM (k) - público 50% flat	6.573,1	6.515,8	6.463,7	6.422,1	6.386,3	6.352,6	6.312,6	6.281,7	6.268,3	6.258,0	6.259,3	6.281,0
Alunos EM (k) - público	6.424,9	6.310,3	6.206,1	6.123,0	6.051,4	5.984,1	5.904,1	5.842,3	5.815,4	5.794,8	5.797,4	5.840,9
População 15-17 anos exceto rede privada (k)	9.163,1	9.044,5	8.922,9	8.798,8	8.673,6	8.548,5	8.425,1	8.304,7	8.188,1	8.076,1	7.968,7	7.865,7
% integral/alunos EM - público 50% flat	12,5%	16,5%	21,1%	26,6%	32,2%	37,4%	42,8%	48,3%	51,4%	53,3%	54,1%	54,6%
% integral/alunos EM - público	12,8%	17,0%	21,9%	27,9%	34,0%	39,7%	45,7%	52,0%	55,4%	57,5%	58,4%	58,7%
% integral total/população 15-17 exceto rede privada	9,0%	11,9%	15,3%	19,4%	23,7%	27,8%	32,0%	36,6%	39,3%	41,3%	42,5%	43,6%

- Em 2018, aproximadamente **10% das matrículas de EM são integrais**
- Em **2022**, de acordo com o proposto, **26% a 28%** das matrículas do EM serão integrais e, em **2026**, **48% a 52%**.
- Considerando portarias de 2020 a 2026, o **desembolso máximo do MEC** será em 2027, com repasse estimado de **5,13 bi**

Total (em bilhões) R\$ 0,65 R\$ 1,15 R\$ 1,73 R\$ 2,43 R\$ 3,12 R\$ 3,75 R\$ 4,41 R\$ 5,08 R\$ 5,13 R\$ 5,05 R\$ 4,94 R\$ 4,23

Mitigantes adicionais: mais alunos por escola (até 3p.p em 2026 no % de matrículas integrais), incentivo de migração simultânea, e Estados quererem passarem de 70% de matrículas integrais

Estimativa de custo incremental para os Estados

Custo da portaria 2017 para os Estados no ano 2028 (considerando o prazo de 10 anos do repasse)

	Pernambuco 	Roraima 
# matrículas adicionais da primeira portaria	9.950	2.274
% matrículas da rede na 1ª portaria	3,2%	10,6%
Repasse do MEC que passará a ser arcado pelo Estado	R\$ 20 Mi	R\$ 4,5 Mi
% dos recursos para educação Estado ¹	0,6%	0,7%

No ano 11, Roraima já teria 100% da rede em tempo integral

Estado que atingiu maior porcentagem de matrículas integrais na P1

O custo a ser arcado pelos Estados no ano 11 representa uma **porção baixa do orçamento total da educação e não parece ser impeditivo**. No caso de Roraima e de alguns outros Estados, a porcentagem de matrículas em Ensino Integral atingidas é muito alta, mas ainda assim, o gasto representa pouco do orçamento do Estado.

A expansão do ensino integral é viável para os Estados

	Estado A	Estado B	Estado C
Plano de expansão	88% dos alunos até 2030	91% dos alunos até 2030	96% dos alunos até 2030
Custo operacional das escolas	Entre R\$ 143 MM e R\$ 290 MM	Entre R\$ 80 MM e R\$ 220 MM	Entre R\$ 224 MM ¹ e R\$ 503 MM [78% EM]
Investimento médio anual	R\$ 62 MM	Entre R\$ 120 MM e R\$ 166 MM	R\$ 109 MM
Custo operacional + Investimento	Entre R\$ 205 MM e R\$ 352 MM Entre 19% e 33% do Custo Operacional das Escolas (~R\$ 1 Bi) ou entre 5% e 12% do Orçamento da Educação em 2016 (R\$ 2-3 Bi)	Entre R\$ 200 MM e R\$ 386 MM Entre 9% e 17% do Custo Operacional das Escolas (~R\$ 2 Bi) ou entre 6% e 12% do Orçamento da Educação em 2016 (R\$ 3-4 Bi)	Entre R\$ 333 MM ¹ e R\$ 612 MM Entre 34% e 63% do Custo Operacional das Escolas (R\$ ~1 Bi) ou entre 26% e 48% do Orçamento da Educação em 2016 (R\$ 1-2 Bi).

Projetos de otimização de custos das secretarias podem gerar recursos adicionais para a expansão

Projeto realizado no Estado C

Meta pactuada em 2017

Redução em 7-8% nos custos (custeio e investimento) da secretaria de educação, com as seguintes iniciativas como principais alavancas:

- Estruturação da rede 4.5-5.5% - melhora do índice de matriculados por turma com geração de redução de gastos com temporários
- Despesas correntes 2.5% - redução de gastos com vigilância, limpeza, transporte...

Proposta

Economia gerada por esse projeto convertida em investimentos na expansão da rede integral

Potencial de redução pode chegar a **10-11% dos custos**

5

OS PRIMEIROS PASSOS

Proposta de próximos passos para o sucesso do programa



FAMILIARIZAÇÃO

- Reconhecimento do programa
- Reconhecimento de portarias e resoluções

GOVERNANÇA

- Definição de governança e rotina de gestão do programa
- Definição de indicadores a serem acompanhados



ACOMPANHAMENTO

- Definição de metas para o programa
- Monitoramento dos indicadores do programa nos Estados
- Estruturação dos sistemas a serem utilizados para acompanhamento do programa (gestão e prestação de contas)

DESENVOLVIMENTO

- Início das conversas e discussões internas e com os Estados sobre próximas portarias
- Estruturação da comunicação com Estados
- Análise da gestão de consequências referente às portarias 2017/2018 com todos os Estados



Gestão de consequências

Grupo de discussão: Educação Já – Ensino Médio em Tempo Integral



Ana Inoue: é assessora de educação do Itaú BBA e também diretora do Instituto Acaia, cujo objetivo de ajudar estudantes do Ensino Médio de escolas estaduais a se prepararem para o ingresso em universidades.



Anna Helena Altenfelder: mestre e doutora em Psicologia da Educação e presidente do conselho do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária).



David Saad: é diretor-presidente do Instituto Natura. Foi diretor-executivo da Fundação Vitor Civita, do Grupo Abril e é membro do conselho da Instituição Educacional Vera Cruz.



Jorge Carvalho: foi secretário estadual de educação de Sergipe, um dos Estados que vem implementando o programa de Ensino Médio em Tempo Integral. Foi também professor da Universidade Federal de Sergipe.



Mônica Franco: é diretora executiva do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária) e atuou como diretora na Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.



EDUCAÇÃO JÁ!
